

“MEU NOME É LEGIÃO” – UMA LEITURA DE MARCOS 5,1-17 A PARTIR DA AÇÃO LETAL DA LEGIÃO ROMANA

Luiz Alexandre Solano Rossi¹

RESUMO

Ao utilizar o conceito de imaginário e como ele interfere nos mecanismos da realidade palpável (política, econômica, social, cultural) que alimenta a própria imaginação, este artigo procura interpretar o texto de Marcos 5,1-17 procurando perceber como a expressão “legião” podia ser compreendida pela população palestina diante da ação letal da legião romana.

PALAVRAS-CHAVE

Imaginário, legião romana, exorcismo e libertação.

ABSTRACT

This article intends to interpret Mark 5.1-17. In order to achieve that it is grounded on the concept of imaginary and how it interferes in the mechanisms of concrete reality (political, economic, social, and cultural) which feeds imagination itself. It also intends to see how the word *legion* could be understood by Palestinians before the lethal action of the Roman legion.

¹ Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), e professor-adjunto do Programa de Pós-Graduação em Teologia da PUCPR.

KEY-WORDS

Imaginary, Roman legion, exorcism, deliverance.

Introdução

O texto de Marcos 5,1-17, que retrata um episódio muito particular da ação de Jesus ao libertar o possesso de Gadara, suscita várias perguntas e algumas delas se fazem especiais: a) o episódio revela alguma relação entre a opressão que o império romano exercia sobre a Palestina e o fenômeno de tantas pessoas possuídas pelo demônio à época de Jesus?²; b) seria uma forma doentia de se rebelar contra a submissão romana e o domínio dos poderosos? Mesmo que não entendamos a cura do endemoninhado geraseno como algo estritamente histórico, talvez seja possível afirmar que o imaginário do povo da Palestina estivesse povoado pelas imagens da opressão de Roma. Sim, provavelmente estamos diante da cura de um indivíduo, mas também não podemos e não devemos ignorar o simbolismo que a narrativa traz em seu interior. Muito possivelmente o caráter simbólico do texto incorpora e gera mais sentido.

Ao falar do “imaginário” do povo da Palestina recorro ao conceito de imaginário estabelecido por Hilário Franco Júnior (1998, p. 23) como “um conjunto de imagens visuais e verbais gerado por uma sociedade (ou parcela desta) na sua relação consigo mesma, com outros grupos humanos e com o universo em geral”. Dessa forma, é possível concluir que todo imaginário – deve-se salientar a necessidade de se perceber os muitos imaginários possíveis e não cair no erro de reduzir a “um só imaginário” – é eminentemente coletivo e, portanto, não poderia ser confundido com atividade psíquica individual ou ainda à somatória de imaginações. Mas ainda é preciso salientar que as imaginações também se manifestam em quadros históricos, pois “mesmo ao imaginar, cada

² Pagola afirma que o fenômeno da possessão demoníaca era praticamente ausente em séculos anteriores a Jesus. Sua afirmação ganha relevo ao percebermos que a possessão se tornou um elemento muito difuso no tempo de Jesus. Ainda segundo ele seria cada vez mais numerosos os investigadores que enfatizam a dimensão política que os exorcismos de Jesus poderiam ter. Entre eles são citados: Hollenbach, Horsley, Crossan, Sanders, Evans, Herzog II, Guijarro (p. 413).

indivíduo não deixa de ser membro de uma sociedade e de seus valores objetivos e subjetivos. Porém, por englobar o denominador comum das imaginações, o imaginário as supera, interfere nos mecanismos da realidade palpável (política, econômica, social, cultural) que alimenta a própria imaginação” (FRANCO, 1998, p. 23).

Conseqüentemente, é possível afirmar que diante dos episódios de exorcismos de Jesus e, principalmente à do geraseno, as pessoas simples da Galiléia entrevissem a rápida derrota dos romanos ou, nas palavras de Crossan (1994, p. 352) quando afirma que “o relato é um resumo do sonho de todo revolucionário judeu” e de Soares (2002, p. 222) indicando que “a presença satânica é como a devastadora ocupação das tropas romanas”.

“Meu nome é legião”

De acordo com o relato o demônio é um só, mas se chama de “legião”, porque são muitos. Trata-se do mesmo termo para se referir à divisão armada de Roma que controlava com mão de ferro a Palestina³. Deve-se ressaltar que “conhecer o nome” de alguém, naquela cultura, significava a pretensão de dominar essa pessoa e ser mais forte do que ela. O espírito impuro, portanto, ao responder a Jesus procura demonstrar todo seu poder e, com isso, a partir do simbólico, subjugar o mais fraco.

Os demônios expulsos por Jesus entram nos porcos que eram considerados “os animais mais impuros de todos e os que melhor podiam definir os romanos” (PAGOLA, p. 208). Chouraqui (1996, p. 93) é ainda mais incisivo ao afirmar que “o homem está possuído pelo demônio como Israel pelas legiões romanas”. E Bortolini segue na mesma direção (2003, p. 105) ao expressar que o “possesso é símbolo de um povo politicamente dominado”.

³ É possível encontrar críticos a essa interpretação como Meier (1998, p. 175) que afirma “mesmo que se queira ver no nome “legião” uma referência à ocupação romana que afligia a população nativa – uma duvidosa mistura de teorias políticas e psicológicas, de qualquer forma – tais interpretações devem ser mantidas no nível da redação de Marcos”. Contrariamente a Meier, Soares (2002, p. 222) afirma que “o nome é tomado das forças armadas romanas”.

O texto é narrado à procura de seu clímax e, por conta disso, os porcos se precipitam ao mar onde a “resistência judaica queria vê-los submersos para sempre” (PAGOLA, p. 208). Dessa forma, a ruína dos porcos também significaria a libertação da escravidão sob o poder romano.

Storniolo (1992, p. 89) ratifica a informação: “também o porco era considerado animal sagrado e um dos símbolos do poder romano”. O porco era precisamente o símbolo da X legião romana que controlava a partir da Síria a região palestina (Chouraqui, 1996). Ao escutar o discurso de Jesus os ouvintes não podiam pensar senão na legião romana estabelecida em Damasco e encarregada de manter a ordem naquela região e de fazer respeitar a *pax romana*. Não devemos nos esquecer que Roma havia enviado à Judéia e à Síria suas melhores tropas para manter a ordem constantemente perturbada pela população revoltosa (Chouraqui, p. 94).

Crossan (1995, p. 54), numa referência a Tácito, mostra a descrição do Império Romano a partir da visão do general Calgaco antes de seu encontro fatal com o poderio militar no nordeste da Escócia. Um texto exemplar:

Saqueadores do mundo, agora que a terra não é o bastante para as suas mãos devastadoras, eles exploram até o mar: se o inimigo possui riquezas, eles têm ganância; se ele é pobre, são ambiciosos; Oriente nem Ocidente os fartaram; são o único povo da humanidade que contempla com a mesma paixão a escassez – terras pobres – e a fartura – terras ricas. Pilhar, matar, roubar, a isso chamam erradamente de império: trazem desolação e chamam isso de paz.

Estamos, historicamente, no contexto da paz romana (*pax Romana*). WENGST (1991, p. 23) descreve-a da seguinte maneira:

A *pax Romana* foi resultado produzido a ferro e fogo e mediante o uso, sem escrúpulos, de todos os meios de luta do Estado, de uma disputa inimiga com o mundo inteiro, que se apoiava numa arte de Estado coercitiva e através da qual, em cada caso concreto, houvera a vontade ilimitada da defesa do próprio proveito. A *pax romana*, que em teoria é uma relação de direito entre dois parceiros, é, na realidade, uma ordem de dominação; Roma é o parceiro, que a partir

de si mesmo, ordena a relação e propõe as condições. Para o não romano, *pax* significava a confirmação da submissão a Roma, por meio de contrato que implorava, simultaneamente, a proteção de Roma contra os ataques de outros povos estrangeiros.

Elliot (2004, p. 171) reafirma essa compreensão:

A chamada *pax* romana foi celebrada na retórica e no ritual como uma nova Idade do Ouro, a dádiva dos deuses; mas tratava-se de uma paz obtida pela conquista militar, como mostra claramente a iconografia romana. O “altar da paz de Augusto” ficava na Colina de Marte, deus da guerra. Moedas cunhadas sob Augusto vinculam o Primeiro Cidadão, armado e de armadura, com *Pax*, deusa da paz, pisando sobre as armas de inimigos subjugados, e com Vitória, deusa da conquista, pisando sobre o próprio globo.

Chamo a atenção para o fato de estarmos diante de uma tríade de deuses, ou seja, *Marte*, *Pax* e *Vitória*. Todavia, uma trindade da força e que tem como objetivo fundamental a conquista. Nesse caso a trindade divina não serve para criar comunidade, mas sim, para produzir a degradação do humano através da conquista, da escravização e da morte. A ação militar operacionalizada pelas legiões romanas era legitimada pelos deuses. Numa hábil manobra retórica as legiões podiam ser percebidas como invencíveis e eternas quais seus deuses.

Percebe-se que o caminho que conduzia à era dourada e de paz não podia ser realizada sem esforço. Não há uma estrada que conduza diretamente a esse destino. A nova era para uma sociedade militar de orientação imperial caminhava ao lado, *pari passo*, à perpetuação da guerra. É possível, portanto, afirmar que a *pax* Romana estava fundada na conquista e na guerra. Horsley (2004, p. 27) esclarece o conceito de paz dizendo que se tratava de uma *pax* no sentido romano, ou seja, um pacto depois da conquista. E num outro livro (HORSLEY, 1987, p. 47) acrescenta que “os romanos mantinham a *pax Romana* pelo terror”.

O povo de Deus vivia uma tragédia no primeiro século. Storniolo (1992, p. 89) afirma que “dominação romana era o principal demônio em toda a região”. Ainda que se considerassem o povo eleito de Deus,

viviam submetidos ao poder maléfico de Roma. Afirmar Pagola (2010, p. 413): “As possessões diabólicas, tão freqüentes ao que parece nessa época, não são senão um fenômeno que expressa de maneira trágica a situação real do povo. Os romanos são as forças malignas que se apoderaram do povo e o estão despojando de sua identidade”.

Nesse ambiente de dominação geográfica em que as legiões avançavam e aumentavam suas fronteiras de domínio, o verso 10 se reveste de especial importância: “E pedia com insistência para que Jesus não o expulsasse da região”. A intuição parece ser exatamente a de que a presença do imperialismo romano significava que, no nível social, o povo de Deus estava sendo possuído por demônios.

A legião e sua letalidade

Ao longo da literatura encontramos muitas referências não somente a respeito da capacidade militar de Roma bem como sobre sua formação. Nesse sentido KOESTER (2005, p. 6) afirma que Vespasiano, durante o inverno de 66, reuniu três legiões e várias tropas auxiliares; em outro momento traz informações, ainda que genéricas, a respeito da capacidade logística e da técnica militar ao afirmar que numa das incursões de Vespasiano o cerco durou “várias semanas”.

JOSEFO (Guerras, Livro II), por sua vez, insiste em descrever o poder do exército romano ao registrar em várias ocasiões: “Varo deixou na cidade uma das três legiões” e ainda “os romanos se impuseram com sua experiência guerreira” (Guerras 2.47); “Petrônio se dirigiu desde a Antioquia para a Judéia com três legiões e com muitos aliados da Síria” (Guerras, 2.186); “Floro se dirigiu a Jerusalém com um exército de cavalaria e infantaria com a finalidade de intervir ali com armas romanas e espoliar a cidade com terror e ameaças” (Guerras 2.295) e a respeito da campanha de Céstio nos informa que “transferiu de Antioquia a duodécima legião completa, dois mil soldados selecionados das outras legiões, suas tropas de infantaria e quatro alas de cavalaria” (2.498).

Porém, uma das maiores questões relativas ao exército romano permanece sem resposta: nenhuma fonte existente afirma o número pre-

ciso de homens nas legiões. Desse modo, poderíamos nos aproximar de CROSSAN (1995, p. 147) que afirma que uma legião consistia de 6.000 homens ou ainda de SOUTHERN (2007, p. 99) que indica que é possível que o número de legionários fosse diferente nas províncias e em épocas diferentes e que, por isso, a maioria dos pesquisadores acabe optando por uma força legionária entre 5.000 e 6.000 homens. No entanto, além das legiões havia as tropas auxiliares, recrutadas nas províncias e uma frota. Cada legião compreendia 10 *coortes* e 6 centúrias constituíam uma *coorte*. Originalmente todos os legionários eram recrutados dentre os cidadãos romanos, mas a partir do momento em que a fonte de recursos humanos entrasse em processo de redução, a distinção entre cidadãos e não cidadãos era completamente ignorada.

A respeito da cadeia de comando, KOESTER (2005, p. 237) nos informa que uma legião era comandada por um legado da classe senatorial. A ele estavam subordinados seis tribunos militares, o primeiro dos quais provinha do senado, e os demais da classe dos eqüestres, de onde saíam também os comandantes das tropas auxiliares. Esses oficiais serviam apenas por períodos limitados, mas os eqüestres podiam servir por um período de tempo mais prolongado. Os oficiais permanentes do exército eram os centuriões, cidadãos comuns para quem o serviço militar era uma profissão para toda a vida. Uma subdivisão especial do exército era a guarda imperial, os pretorianos, que se transformara num corpo de elite e também servia como uma espécie de academia militar. Os pretorianos, uma corporação com aproximadamente 4.500 homens e comandada por dois prefeitos, eram a única unidade do exército estacionada em solo italiano.

Do ponto de vista da estratégia político-militar era de suma importância que a maioria das legiões estivesse estacionada nas províncias fronteiriças. Afinal, a administração dessas províncias pelo imperador estava estreitamente relacionada com seu *imperium* militar. A força política do imperador era garantida pela presença e força das legiões, que às vezes podiam nomear o imperador.

A força legionária romana era considerada letal. Dois exemplos são significativos:

1) Varo, governador romano, precisou de três legiões e tropas auxiliares para esmagar revoltas na terra judaica. Quando ele chegou a

Jerusalém, crucificou, segundo o relato de Josefo (Guerra 2.75), “dois mil rebeldes”. As crucificações em massa marcaram o começo e o fim da primeira guerra romano-judaica.

2) Floro, governador romano da terra judaica, no início do verão de 66 d.C., ordenou a suas tropas que atacassem dentro da cidade. O relato de Josefo (Guerra 2.306-308) fala por si mesmo:

Muito dos cidadãos pacíficos foram detidos e levados diante de Floro, que primeiro mandou que fossem açoitados e depois crucificados. O número total de vítimas nesse dia, incluindo mulheres e crianças, pois estas não mereciam perdão, chegava a três mil e seiscentos. A calamidade era agravada pelo aspecto sem precedentes da crueldade dos romanos. Pois Floro se aventurou nesse dia a fazer o que ninguém havia sequer tentado antes, isto é, açoitar diante de seu tribunal e pregar na cruz homens de nível de cavaleiros, homens que, se judeus por nascimento, foram pelo menos investidos com essa dignidade romana.

O exército romano em marcha deveria impressionar e alimentar o desespero das populações que se encontravam em seu caminho. Mas é preciso salientar que havia certa ordem na marcha militar. De acordo com Josefo (Guerra 3.115-126), no ano 67, o general Vespasiano, que ainda não era imperador, marchou em direção à Galiléia e colocou seu exército à vista do inimigo para infundir-lhes medo, com a seguinte ordem:

- a. As forças auxiliares e arqueiros ligeiramente armados para checar o terreno e descobrir emboscadas;
- b. O destacamento de infantaria e cavalaria com armamento pesado;
- c. Dez homens de cada uma das centúrias com seu próprio equipamento e com instrumentos necessários para medir o traçado do acampamento;
- d. Logo após seguiam os engenheiros para verificar as estradas, aplainar os caminhos difíceis e cortar árvores que impedissem o acesso;
- e. O transporte das bagagens de Vespasiano e de seus oficiais protegidas pela cavalaria,

- f. A seguir cavalgava o próprio Vespasiano com um destacamento da infantaria e da cavalaria assim como sua própria guarda pessoal;
- g. Depois a cavalaria própria de cada legião;
- h. Em seguida as mulas carregando as máquinas de sítio;
- i. Adiante seguiam os oficiais: os comandantes das legiões, os prefeitos e tribunos com guardas;
- j. Depois seguiam os estandartes com o símbolo da águia;
- k. Logo após iam as trombetas;
- l. Após as trombetas seguiam as falanges, com seus efetivos distribuídos em filas de seis com um centurião com o objetivo de supervisioná-la;
- m. Seguiam os servos e as bagagens;
- n. No final das legiões ia uma grande quantidade de mercenários que tinham a retaguarda protegida por soldados com armamentos pesados e ainda por um grande número de cavalarianos.

O exército estacionado diante dos inimigos se apresentava como a própria imagem do terror e da violência que estava por chegar. No entanto, os soldados sedentos para entrar em combate seguiam táticas de batalha bem definidas, a fim de quebrar a linha de batalha inimiga, assim descritas por WEBSTER (1985, p. 232):

1. Nas batalhas no solo uma força é direcionada para o centro, com duas forças laterais e uma força reserva na retaguarda. As forças laterais e reservas devem ser fortes o suficiente para prevenir qualquer ataque ou manobra fora do flanco.

2. Uma linha de batalha oblíqua com a força lateral esquerda permanece em uma posição defensiva, enquanto a força lateral direita avança para tentar dominar o flanco esquerdo do oponente. Uma oposição a este movimento é fortalecer que a força esquerda com a cavalaria e as reservas, mas se ambos os lados obtiverem sucesso no *front* de batalha a tendência é que eles se movam num sentido anti-horário, cujo efeito variaria por causa da natureza do terreno.

3. A mesma situação anterior exceto que a força esquerda se torna agora mais forte e faz uma tentativa de um novo movimento que acontece a partir do momento que se sabe que a força direita do inimigo está enfraquecida.

4. As duas forças laterais avançam juntas, deixando o centro para trás. Esse movimento pode tomar o inimigo de surpresa e, conseqüentemente, deixar seu centro exposto e desmoralizado.

5. A mesma tática do anterior, mas o centro é escondido por arqueiros e infantaria leve que podem manter o centro inimigo distraído enquanto as forças laterais batalham.

6. Aqui nos encontramos com uma variação da tática 2 onde o centro e a lateral esquerda são mantidos atrás enquanto a força lateral direita tenta um movimento de retorno. Se a ação obtiver sucesso, a lateral esquerda, reforçada pelos reservas, pode avançar e esperar completar o movimento de ataque que comprimiria o centro.

7. A sétima tática se relaciona com o uso do terreno apropriado em qualquer um dos flancos para protegê-los como sugerido na tática 2.

Conclusão

O relato de Marcos nos coloca diante de duas possibilidades hermenêuticas:

a. Na primeira percebemos o povo pedindo que o exorcista vá embora porque um endemoninhado curado não vale uma manada de porcos. Há uma cruel inversão. Um povo duplamente submetido, isto é, tanto pela força militar quanto pela exploração econômica dos romanos, não possui muitas alternativas. Para os gerasenos, portanto, o centro de tudo passa a ser os porcos, o lucro e o mercado. E é justamente nesse ponto que Jesus, através de seu gesto, problematiza e estabelece a contradição ao estabelecer a pessoa como centro de tudo.

b. Na segunda é possível compreender claramente as implicações políticas do ato exorcista de Jesus. As ações de exorcismo de Jesus dessa maneira possuiriam uma dimensão política incontestável. A realidade material, isto é, o cotidiano da política, da economia, da sociedade e da cultura que marca e demarca a existência da população subjugada pelo império romano se expressa criticamente nesse episódio emblemático.

Penso que as duas leituras são simultaneamente possíveis e não se excluem a ponto de permitirem belas abordagens hermenêuticas.

A primeira descreve a força do império a partir da economia e a segunda a partir da política. No entanto, ambas trazem em comum uma ação que desumaniza o ser humano a partir da violência.

Porém, a segunda opção traz à mente a lembrança de dois textos estratégicos: Ex 14,27-15,4 e Is 43,16-17. Os dois textos apresentam de forma paradigmática a vitória de Javé sobre seus adversários e, em especial quando se trata das relações conflituosas do povo de Deus com os impérios estrangeiros. Egito e Babilônia, impérios que dominam a cena nos textos bíblicos do Antigo Testamento e que se apresentam como modelos de violência são, desde o início, desestruturados.

No êxodo o exército do faraó é precipitado no mar e termina seus dias tomados pelas águas. As forças militares imperiais que ameaçavam o povo de Javé são desbaratadas: “Ele atirou no mar os carros e a tropa do faraó, afogou no mar Vermelho a elite das tropas” (Êxodo 15,4). A força militar que permite a sustentação e ampliação do império é esmagada. E impérios sem exércitos deixam imediatamente de sê-los. O texto de Êxodo, portanto, poeticamente coloca um fim na força do império a partir de sua base de sustentação.

Em Isaías 43,16-17 – “Assim diz Javé, aquele que abriu um caminho no mar, uma passagem entre as ondas violentas, aquele que fez sair o carro e o cavalo, o exército e a força. Eles caíram para não mais se levantar, apagaram-se como pavio que se extingue” – o profeta reatualiza a ação de Javé que desagrega o sistema imperial a fim de libertar o povo subjugado dos tentáculos opressivos do império babilônico. A mesma imagem do passado é recuperada em meio à violência do novo império que nada poupa em seu processo de conquista.

A ação de Jesus é paradigmática diante do povo que tinha seu imaginário povoado por legionários que eram detestados por causa de sua brutalidade, selvageria, violência e arbitrariedade de suas medidas.

Jesus, que não tinha legião, precipitou no mar, a elite dos soldados romanos.

Referências bibliográficas

- BORTOLINI, J. **O evangelho de Marcos**. São Paulo: Paulus, 2003.
- CHOURAQUI, A. **Marcos**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- CROSSAN, J.D. **Jesus – uma biografia revolucionária**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- CROSSAN, J.D. **O Jesus histórico**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- ELLIOT, N. A mensagem antiimperial da cruz. In: HORSLEY, R. A. (Org.). **Paulo e o Império: religião e poder na sociedade imperial romana**. São Paulo: Paulus, 2004, pp. 169-184.
- FRANCO, H. Jr. **Cocanha – a história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HORSLEY, R. A. **Jesus and the Spiral of Violence**. San Francisco: Harper & Row, 1987.
- HORSLEY, R. A. (Org.). **Paulo e o império: religião e poder na sociedade imperial**. São Paulo: Paulus, 2004.
- JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro II. Curitiba: Juruá, 2009.
- JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro III. Curitiba: Juruá, 2009.
- JOSEFO, F. **Guerra dos judeus**. Livro V. Curitiba: Juruá, 2009.
- KOESTER, H. **Introdução ao Novo Testamento**. Vol. 1. São Paulo: Paulus, 2005.
- MEIER, John P. **Um judeu marginal**. Volume II, Livro 3. Rio de Janeiro: Imagi, 1998.
- PAGOLA, José A. **Jesus – aproximação histórica**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SOARES, S.G. & CORREIA JÚNIOR, João Luiz. **Evangelho de Marcos**. Vol. I:1-8. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUTHERN, P. **The Roman Army**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- STORNILO, I. **Como ler o evangelho de Lucas**. São Paulo: Paulus, 1992.
- WEBSTER, G. **The Roman Imperial Army**. New Jersey: Barnes & Noble Books, 1985.
- WENGST, C. **Pax Romana: pretensão e realidade**. São Paulo: Paulinas, 1991.